

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

MARIA FERNANDA ZARATIN FRIA

**A PRESENÇA FEMININA NAS FORÇAS DE DEFESA DE ISRAEL:
UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA FEMINISTA**

BAURU

2022

MARIA FERNANDA ZARATIN FRIA

**A PRESENÇA FEMININA NAS FORÇAS DE DEFESA DE ISRAEL:
UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA FEMINISTA**

Monografia do curso de Relações Internacionais apresentado ao Programa Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) da Comissão Interna de Pesquisa do Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO).

BAURU

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F897p	<p>Fria, Maria Fernanda Zaratim</p> <p>A presença feminina nas forças de defesa de Israel: uma análise à luz da Teoria Feminista / Maria Fernanda Zaratim Fria. -- 2022. 30f. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Antonio Walter Ribeiro de Barros Junior</p> <p>Monografia (Iniciação Científica em Relações Internacionais) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP</p> <p>1. Exército israelense. 2. Mulher. 3. Serviço militar. 4. Teoria Feminista. I. Barros Junior, Antonio Walter Ribeiro de. II. Título.</p>
-------	---

Dedico este trabalho a todas as mulheres,
com apreço.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus familiares por nunca terem medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade durante toda a minha formação acadêmica.

Gostaria, também, de fazer uma menção honrosa a todos os meus professores do UNISAGRADO, que transmitiram todo o seu saber durante essa caminhada juntos. Também gostaria de mencionar a ex-coordenadora e professora Dra. Karina Stange Calandrin, que foi essencial para a minha formação como profissional de Relações Internacionais e para a inspiração do tema do presente trabalho. Meus sinceros agradecimentos.

Por fim, gostaria de agradecer especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Walter Ribeiro de Barros Junior, que conduziu este trabalho com paciência, dedicação e carinho, sempre disponível a compartilhar todo o seu conhecimento.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar uma análise qualitativa em relação à posição da mulher nas Forças de Defesa de Israel (IDF), diante de uma divisão de gênero hierarquizada, fundamentada a partir da Teoria Feminista das Relações Internacionais. Neste sentido, foi elucidada a importância do sistema militar para o Estado de Israel, destacando a divisão hierárquica de gênero que impera no exército. A partir disso, foi então caracterizada a atuação e a posição da mulher dentro de um ambiente militar despreparado, que a afasta da feminilidade e espelha a desigualdade de gênero da sociedade israelense. Ademais, o pensamento feminista foi essencial para a análise aprofundada da relação da masculinidade com o Estado, na perspectiva de poder, visto que a cultura militar é essencialmente masculinista e misógina, enquanto a atuação feminina é extremamente inferiorizada. O fato de Israel ser um dos primeiros países onde foi estabelecida a obrigatoriedade do alistamento ao serviço militar para homens e mulheres, tendo em vista uma sociedade mundialmente e historicamente machista e patriarcal, traz à tona a principal motivação para a realização deste trabalho, que reside na importância social do tema na atualidade, destacando a questão da equidade entre homens e mulheres, num ambiente tão fortemente masculinizado. Por fim, a partir de uma pesquisa bibliográfica, foi possível identificar as implicações da masculinidade marcial nas mulheres soldados no exército de Israel, utilizando fontes primárias e secundárias a respeito da posição da mulher israelense no exército. Para o aprofundamento da pesquisa, também foi utilizada uma análise descritiva, a fim de compreender como os hábitos e costumes da sociedade israelense contribuem para reafirmar essa estrutura.

Palavras-chave: Exército Israelense; Mulher; Serviço Militar; Teoria Feminista.

ABSTRACT

The present research aims to present a qualitative analysis in relation to the position of women in the Israel Defense Forces (IDF), in the face of a hierarchical gender division, based on the Feminist Theory of International Relations. In this sense, the importance of the military system for the State of Israel was elucidated, highlighting the hierarchical gender division that prevails in the army. From this, the role and position of women within an unprepared military environment was then characterized, which distances them from femininity and mirrors the gender inequality of Israeli society. Furthermore, feminist thought was essential for the in-depth analysis of the relationship between masculinity and the State, from the perspective of power, since military culture is essentially masculinist and misogynistic, while female performance is extremely inferior. The fact that Israel was one of the first countries where the mandatory enlistment to military service for men and women was established, in view of a worldwide and historically sexist and patriarchal society, brings to light the main motivation for carrying out this work, which lies in the social importance of the theme today, highlighting the issue of equity between men and women, in such a strongly masculinized environment. Finally, from a bibliographic research, it was possible to identify the implications of martial masculinity in women soldiers in the Israeli army, using primary and secondary sources regarding the position of Israeli women in the army. For the deepening of the research, a descriptive analysis was also used, in order to understand how the habits and customs of Israeli society contribute to reaffirm this structure.

Keywords: Israeli Army; Women; Military service; Feminist Theory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Soldadas israelenses em fila portando armas.....p. 11
- Figura 2 – Soldada israelense sorrindo com a bandeira de Israel ao fundo..... p. 15

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
2.2. A ORGANIZAÇÃO MILITAR COMO ELEMENTO ESSENCIAL PARA O ESTADO DE ISRAEL	16
2.3. O SISTEMA MILITAR ISRAELENSE COM BASE NA DIVISÃO DE GÊNERO	19
2.3.1. As relações de poder conforme o gênero	22
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
3.1. O DEBATE FEMINISTA À RESPEITO DO SERVIÇO MILITAR FEMININO	24
3.2. A MULHER ISRAELENSE COMO MEMBRO DO EXÉRCITO	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito central compreender a posição da mulher nas Forças de Defesa de Israel (IDF), abordando sua posição diante de uma estrutura culturalmente masculinizada e de uma divisão de gênero hierarquizada, fundamentada a partir da Teoria Feminista das Relações Internacionais.

Visto que Israel foi um dos primeiros países onde foi estabelecida a obrigatoriedade do alistamento ao serviço militar para homens e mulheres, é importante salientar como a utilização do contexto escolhido é interessante para a abordagem das mulheres em um ambiente totalmente masculino, como o exército. O entrelaçamento entre a participação militar e a cidadania ressaltam o reflexo da desigualdade de gênero na sociedade israelense na posição de inferioridade feminina no exército, trazendo diversas dificuldades para as mulheres soldados ascenderem na hierarquia marcial.

Perante a situação delicada de conflito entre os países da região, as Forças De Defesa De Israel ou Israel Defense Forces (IDF) são consideradas uma instituição de grande importância para o país, sendo determinante para ser considerado cidadão em Israel, já que é o seu dever em defesa da segurança nacional, independentemente de raça, sexo, religião ou gênero (SZAJNBRUM, 2019). Dessa forma, a prática do serviço militar é visto como um elemento naturalizador, já que para concluir o processo de integração nacional é necessário o recrutamento (AMADO CASTRO, 2008).

A perspectiva feminista analisa de maneira aprofundada o tema, a partir questão de gênero como uma construção social, e destaca como a diferenciação gerada entre os gêneros cria uma hierarquia social em detrimento da mulher. Segundo Tickner (2010), a concepção da política internacional baseada em uma ótica masculina é extremamente prejudicial para a democratização da disciplina, visto que o posicionamento feminino é totalmente desconsiderado. No Exército Israelense isso é observado na impossibilidade de a mulher servir no combate, sendo um pré-requisito necessário para alcançar cargos de mais alto escalão, negando o acesso das mulheres a essa experiência e bloqueando o movimento das mulheres na hierarquia (IZRAELI, 2009), dificultando a ascendência da posição da mulher não só no exército, mas também sua voz como cidadã.

Diante do exposto, o presente estudo propõe o seguinte questionamento: **como a mulher israelense é inserida como membro do exército, frente à desigualdade de gênero?**

Objetiva-se, neste trabalho, compreender a posição da mulher nas Forças de

Defesa de Israel (IDF), abordando sua posição diante de uma estrutura culturalmente masculinizada e de uma divisão de gênero, fundamentada a partir da Teoria Feminista. Para tanto, serão realizados os seguintes objetivos específicos: observar a organização e a divisão de gênero que caracterizam as Forças de Defesa de Israel. A seguir, será analisada a posição e o tratamento femininos dentro das forças armadas israelenses, marcada pela inferiorização nas relações de poder. E, por fim, será fundamentado através da Teoria Feminista.

Justifica-se a escolha do presente estudo, tendo em vista o fato de Israel ser um dos primeiros países onde foi estabelecida a obrigatoriedade do alistamento ao serviço militar para homens e mulheres (IZRAELI, 2009), diante de uma sociedade mundialmente e historicamente machista e patriarcal, trazendo à tona a principal motivação para a realização deste trabalho, que reside na importância social do tema na atualidade e, frente a isso, na questão da equidade entre homens e mulheres, num ambiente tão fortemente masculinizado.

Resgatar esse tema é extremamente necessário para aprofundar a compreensão da situação das mulheres no ambiente militar, onde ocorre um nítido afastamento da feminilidade (SASSON-LEVY, 2003). O trabalho promove um desenvolvimento do pensamento crítico acerca do serviço militar feminino a partir da teoria feminista, distanciando da ideia dicotômica dos serviços militares entre homens e mulheres, com o propósito de apartar a força armada estatal da sua cultura profundamente masculina, que resulta na complexificação negativa da vida feminina em meio marcial.

A presença da mulher em posições de liderança e de tomada de decisões é extremamente relevante, não só para a democratização do ambiente militar, mas para garantir que os interesses e as necessidades femininas sejam atendidas. Diante de um ambiente criado e tomado pela masculinidade, nota-se que as características socialmente aceitas como femininas, como por exemplo a cooperação e o diálogo, são essenciais nesse cenário, que as colocam naturalmente em uma posição de inferioridade.

Nesse sentido, o debate sobre o tema se torna ainda mais relevante pelas singularidades. Apesar de localizado no Oriente Médio, Israel tem uma influência notória do ocidente, de modo que coloca a luta feminista do país em posição de destaque na região pela grande mídia internacional, dificultando o surgimento de críticas sobre o assunto. Dessa forma, a teoria feminista mostra-se essencial para uma análise com base no gênero, contribuindo para o maior enriquecimento do tema.

Para o desenvolvimento do presente artigo, adotou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia. O estudo bibliográfico se apresentou como sustento do conhecimento e a estruturação da fundamentação teórica dos tópicos desenvolvidos neste estudo, e foi realizado com base em fontes primárias, como dissertações e documentos do Estado israelense, e fontes secundárias, como artigos e publicações em sites e revistas eletrônicas que tratam sobre os temas: a mulher nas forças armadas, Forças de Defesa de Israel e Teoria Feminista nas Relações Internacionais.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já escrito e elaborado por outro pesquisador (GIL, 2008), e a sua principal vantagem é que permite “ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50). Pode-se considerar esse tipo de pesquisa como uma etapa fundamental para a construção de um artigo, pois influencia todas as etapas da pesquisa (AMARAL, 2007).

Creswell (2007) relata que entre os principais elementos que compõem um procedimento de pesquisa estão os métodos relacionados com as abordagens quantitativa, qualitativa ou mista, caracterizadas pelo foco em questões fechadas, análise de dados numéricos ou dados não numéricos. Neste sentido, o estudo se caracterizou por meio de uma abordagem essencialmente qualitativa, uma vez que procurou identificar descritivamente os fatores determinantes para a situação das mulheres nas forças armadas em Israel, através de uma abordagem feminista.

O feminismo, apresentando uma nova perspectiva de análise através do gênero como uma categoria socialmente construída, entende a divisão dicotômica dos estereótipos da masculinidade e da feminilidade, apresentando a invisibilidade e a subordinação da mulher em relação ao homem, e como isso influencia a situação feminina em posições de poder. Dessa forma, Tickner (1993) analisa como as grandes decisões são tomadas essencialmente por homens, destacando como essa situação coloca a mulher sempre na periferia do poder e a necessidade de um reposicionamento feminino.

Por isso, nota-se a necessidade de uma abordagem feminista para a análise da posição da mulher no sistema militar de Israel, entendendo como um ambiente totalmente masculinizado pode interferir na vida da mulher e utilizando uma análise descritiva, para compreender como os hábitos e costumes da sociedade israelense contribuem para reafirmar essa estrutura.

Dessa maneira, nesse próximo tópico será analisada com maior profundidade a

contextualização do tema, em consonância com os conceitos e teorias que contribuem para a fundamentação da pesquisa.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A seguir, a pesquisa será contextualizada a partir do referencial teórico proposto. Primeiramente, será estudada a estrutura militar como uma insituição determinante para a existência do Estado de Israel. Em seguida, será analisada a estrutura militar israelense, levando em consideração a divisão dicotômica de gênero a qual se estabelece tanto na prática do trabalho, como no poder propriamente dito. E, por fim, esse cenário será fundamentado com base na Teoria Feminista das Relações Internacionais, que apresenta a divisão de gênero a partir de uma hierarquia social em detrimento da mulher.

2.1. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A presente pesquisa parte da concepção de gênero como instrumento de análise para a política internacional, fundamentada a partir da Teoria Feminista. No campo teórico das RI, a teoria feminista se ramifica em diversas vertentes, utilizando suposições sobre o que constitui a subordinação das mulheres e realidades diferentes em cada abordagem.

Apesar das divergências na academia, todas as vertentes buscam explicar a subordinação feminina causada pela assimetria nas posições sociais entre homens e mulheres, e destaca como a diferenciação gerada entre os gêneros cria uma hierarquia social em detrimento da mulher, buscando prescrições para acabar com ela e procurando garantir às mulheres dignidade humana e direitos iguais aos homens (TICKNER, 2001).

A teoria feminista foca exclusivamente na questão das distinções entre gêneros, sendo necessário ressaltar que sexo se difere de gênero. Enquanto o primeiro refere-se às diferenças biológicas e fisiológicas entre homens e mulheres, o segundo trata de uma construção social que define a sua função e comportamentos esperados socialmente (SANTANA e ANDRADE, 2016). Inicialmente, gênero era considerado apenas feminino e masculino, mas com o tempo o espectro foi incluindo uma gama mais abrangente de possibilidades.

Além do mais, no ambiente militar esse tema é ainda mais aprofundado. O exército foi construído em sua base por uma ótica masculinista, que impera em toda a sua história e traz à tona a diferenciação de gênero. O comportamento militar, baseado no poder e na violência, é utilizado como instrumento de dominação masculina, levando à submissão das mulheres nesse meio regido pela “força” e pelo “comportamento racional”.

Dessa forma, a Teoria Feminista pontua principalmente a questão das distinções entre os gêneros e o patriarcado como fenômenos socialmente construídos e mantidos ao longo do tempo, do lugar e da cultura (TICKNER, 2001), gerando uma expectativa de comportamento associada à ideia de masculino e feminino. Tal diferenciação coloca a mulher em uma posição de inferiorização diante do homem, o que revela as relações de poder que os envolvem, refletindo nas normas e instituições do sistema internacional.

As características determinadas pela identidade de gênero construída são tradicionalmente associadas ao sexo. Enquanto os atributos relacionados à masculinidade são a força, dominação e poder, o perfil feminino é geralmente ligado à vulnerabilidade, emoção e submissão. Diante disso, nota-se um detrimento do êxito profissional feminino pela diferenciação dos estilos de liderança, sendo o modelo tradicional de direção masculina mais valorizado (RAMOS; BARBERA; SARRIÓ, 2003), refletindo na posição das mulheres nas periferias do poder na maioria dos estados (TICKNER, 2001).

Nesse contexto, nota-se que as estruturas de gênero desiguais restringem a vida das mulheres (TICKNER, 2001), já que são desfavorecidas e acabam contraindo comportamentos masculinos para conseguir legitimidade nesse ambiente com afastamento da feminilidade, as colocando em papéis construídos socialmente para serem designados aos homens.

Nessa percepção, o comportamento masculino esperado é firmado na assertividade, na força, no poder e na agressividade, enquanto o comportamento feminino se destaca pela fragilidade, pela vulnerabilidade e pela delicadeza.

A partir da presença de uma visão masculinista na atividade pública e da sub-representação feminina nesse ambiente, Santana e Andrade (2016) apontam que:

[...] a construção política dos gêneros insinua uma valorização maior do masculino e das suas atividades e deriva em uma “organização da atividade social e política hierarquizada”, dando origem a “identidades e atividades que são concebidas como próprias dos homens, ou de características masculinas, tenham maior prestígio, diante de identidades e atividades associadas às mulheres ou a características tidas como feminino”. Desse modo, tal hierarquização é uma construção política, devido à distribuição poder,

autoridade e recurso privilegia os homens, sendo assim, desigual o acesso das mulheres.

Assim, perante as características da identidade feminina construídas, é esperado que a mulher ocupe posições em departamentos feminilizados e destituídos de poder, como por exemplo serviços ligados à comunicação e cooperação, associando aspectos racionais e emocionais (RAMOS; BARBERA; SARRIÓ, 2003).

Ademais, essa perspectiva carrega uma bagagem mais política, buscando compreender nas normas do sistema internacional como essas desigualdades de gênero imperam nas relações de poder (MONTE, 2010). O debate sobre gênero nas RI é extremamente relevante, já que analisa como a política mundial contribui para a insegurança dos indivíduos, principalmente relativa às sociedades marginalizadas do globo (TICKNER, 2001), incentivando a formação de instituições e organizações mais igualitárias.

Nesse contexto, as mulheres são excluídas e o comportamento feminino é ridicularizado, já que diferem do esperado, enquanto elas são direcionadas à movimentos de promoção à paz e resolução de conflitos, papéis que se aproximam da construção simbólica estabelecida para as mulheres.

Nessa percepção, no campo teórico das relações internacionais a teoria feminista se consolidou durante o Terceiro Debate, no final dos anos 1980, diante da disputa contra as correntes positivistas, principalmente o realismo e o liberalismo clássicos (MONTE, 2013), as quais detêm características patriarcais em suas análises, reproduzindo comportamentos conflitivos e de maximização de poder. O estereótipo do que é ser homem e a colocação dessa construção em posição de hegemonia, numa visão de força e poder, essências da teoria realista, conseqüentemente dispõem as características femininas como inferiores.

Segundo Tickner (1992), a concepção da política internacional baseada em uma ótica exclusivamente masculina é extremamente prejudicial para a democratização da disciplina, visto que a atuação feminina nas tomadas de decisão é precária. Dessa forma, é fundamental uma análise das relações assimétricas de gênero em nível internacional, diante de uma política global composta por atores generificados.

Figura 2 – Soldada Israelense sorrindo com a bandeira de Israel ao fundo



Fonte: Jusbrasil

Esperemos que, através da consciência e efetiva aplicação das teorias na prática, cenas como esta da imagem acima (figura 2) não ilustrem apenas a propaganda oficial do Exército Israelense, mas que a mulher possa realmente ser configurada como um elemento essencial da corporação, não sendo utilizada sua imagem apenas como um elemento de propaganda política internacionalmente.

2.2.A ORGANIZAÇÃO MILITAR COMO ELEMENTO ESSENCIAL PARA O ESTADO DE ISRAEL

A expressão da vontade pelo estabelecimento de um Estado nacional judeu se estabelece desde a expulsão da comunidade judaica de Eretz Yisrael em 73 d.C., aspirando também o retorno do povo à Israel, movimento denominado “Sionismo”. A partir da construção do Estado de Israel, com a Declaração de Independência em 1948, foi estabelecido que as leis anteriormente promulgadas, durante a ocupação do Império Turco-Otomano no território e, posteriormente, do Mandato Britânico, permaneceriam válidas, desde que não conflitassem com as leis posteriormente incorporadas pelo

Knesset, o Parlamento de Israel. Portanto, a legislação de Israel passou a ser caracterizada pela interação de diferentes ordenamentos jurídicos em sua composição (SILVA, 2010).

Dentro dessa conjuntura, foram estabelecidas Leis Básicas, conforme a Declaração de Independência, que constituem o sistema jurídico israelense, determinando a criação de um Estado democrático judeu. Porém, a dificuldade da unificação e representação de interesses das diferentes bases que compõem a sociedade israelense impediu a formulação de uma constituição nacional una e escrita, apesar do interesse de construção estabelecido pela Declaração de Independência (SILVA, 2010).

Diante de uma formação conturbada, com uma série de guerras com os vizinhos árabes, Israel se tornou particular pela criação de uma sociedade multiétnica e plurilíngue, e de um contexto geopolítico delicado, garantindo como característica principal desde a sua criação a preocupação com a segurança e a sua existência como Estado (AMADO CASTRO, 2008). O governo israelense, extremamente particular a pretexto da situação delicada de conflito entre os países da região desde a sua criação em 1948, enfatiza fortemente a importância do treinamento militar em defesa da segurança nacional, sendo dever de todo cidadão, sem distinção de sexo, religião, raça ou opção sexual, servir ao Exército de Defesa de Israel (SZAJNBRUM, 2019). Nesse contexto, destaca-se uma relação entre democracia, segurança e direitos humanos (AMADO CASTRO, 2008), que norteiam as questões do Estado diante do medo de ataque de grupos distintos.

O papel do exército em Israel tem uma influência que excede o âmbito da segurança, e atinge outros setores essenciais como a política, a economia e a pesquisa científica, preparando o país para eventuais confrontos (ISRAEL, 2012), que enfatizam o papel defensivo do novo Estado. Desse modo, a preocupação em preservar a existência e a segurança do Estado é primordial para garantir a defesa nacional (BIDUSSA, 2008).

Diante dessa característica da sociedade israelense, na segunda metade de 1970, com o aumento do fluxo imigratório na região, houve uma redefinição da ética militar como garantia para a cidadania, de modo que a ação militar seria uma obrigatoriedade, conceito denominado em hebreu “Toar ha-nesheck” (literalmente: “pureza das armas”). Essa ideia determina que o soldado seja uma máquina do exército, ou seja, não se limita apenas a relação do homem com a arma, mas a sua função como ser humano, legitimando a ação do exército sempre como medida defensiva (BIDUSSA, 2008).

As IDF, criada em 26 de maio de 1948, são uma instituição considerada de grande importância para a entrada na sociedade israelense, sendo obrigatório o serviço para todos

os cidadãos do país maiores de 18 anos, para contribuir com a sociedade e o país em que vivem, e tem como instrumento fundamental a implementação da doutrina: “Todo o povo defende o exército do povo; O alistamento deve valer para todos; O exército tem funções sociais e educativas e ele é um componente central para o processo de criação da nação.” (SZUSTER, 2016).

Nesse cenário, as IDF estão entre as poucas Forças Armadas no mundo nas quais o serviço militar é obrigatório para todos os cidadãos, independente do sexo. A conscrição feminina foi estabelecida em 1948, ano de independência do Estado de Israel, com o objetivo de reunir um exército amplo. Porém, diante da crise de identidade que impera na sociedade israelense atual (BIDUSSA, 2008), torna-se difícil criar um cenário de coletividade em prol da segurança do país.

Conforme Halperin-Kaddari e Yadgar (2019) afirmam, a dualidade entre o ‘princípio democrático’ de Israel, que visa a igualdade entre os cidadãos, e o ‘princípio étnico’, que visa a primazia da maioria étnica, tem como consequência a manutenção do conflito israelo-árabe e, deste modo, a afirmação de uma cultura israelense com base na extrema militarização diante dos problemas de segurança decorrentes do ambiente de hostilidade.

Ademais, os autores ainda pontuam que esse contexto atua de maneira imperativa na vida das mulheres, definidas como ‘portadoras do coletivo’, já que a maternidade que lhes assegura pela lei o status civil (HALPERIN-KADDARI e YADGAR, 2019 apud YUVAL-DAVIS, 1980). Conforme a legislação de Israel, a religião é um dos principais fatores de dispensa do serviço militar entre as mulheres israelenses, sendo influente na participação feminina no exército. Além disso, mulheres religiosas ou com objeção de consciência podem ser dispensadas do alistamento se elas optarem por não servir, e mulheres casadas não são obrigadas a servir.

Visto que tais atividades são extremamente importantes para a definição de cidadão em Israel, nota-se que a sub-representação da mulher no exército afeta significativamente o seu lugar na participação nos processos decisórios, com a falta de uma perspectiva feminina no ambiente público e agravamento da desigualdade de gênero (KOCHMANN, 2005).

Além disso, a questão da igualdade dos sexos e, principalmente, da igualdade do estatuto das mulheres perante a lei enfrentou obstáculos devido ao domínio das leis religiosas sobre o direito da família, que visa a subordinação das mulheres e a valorização

da cultura patriarcal (HALPERIN-KADDARI e YADGAR, 2019 apud Halperin-Kaddari, 2000).

Conforme os autores Halperin-Kaddari e Yadgar (2019), essa singularidade expressa na política israelense permite que a dimensão religiosa se associe em diversos níveis à governança, garantindo que algumas questões sociais importantes tenham competência exclusiva de leis religiosas, como o matrimônio e o divórcio.

Nesse contexto, a religião judaica é um dos principais pontos que norteiam a posição da mulher como cidadã e, conseqüentemente, o seu lugar na política e no exército. Como Israel é considerado um Estado judeu, é necessário observar o lugar da mulher na religião para compreender como isso impera no seu lugar no exército.

2.3. O SISTEMA MILITAR ISRAELENSE COM BASE NA DIVISÃO DE GÊNERO

A estrutura militar em geral, devido a sua formação com base na ótica masculinista, marginaliza o feminino através de normas hegemônicas que reafirmam uma ordem dicotômica de gênero. A cultura militar, ao longo da história, utilizou sua estrutura para internalizar valores e ideologias masculinas, contribuindo para o desenvolvimento da ordem patriarcal (SASSON-LEVY, 2003).

Durante a Primeira Grande Guerra (1914-1918), enquanto os homens participavam da linha de frente de combate, causando carência de mão de obra, as mulheres foram inseridas nos trabalhos industriais e responsáveis pela economia de seus Estados, garantindo uma participação feminina de quase 40% da indústria. Já na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as mulheres tiveram uma participação mais significativa no exército, não apenas na produção armamentista, mas na atuação do combate, denominadas Bruxas da Noite aquelas que pilotavam os aviões.

Apesar da participação feminina na guerra, a autora Svetlana Aleksievitch (2016) ainda descreve em seu livro “A Guerra não tem rosto de mulher” relatos de mulheres soviéticas que participaram, ativamente ou não, da Segunda Guerra, narrando os problemas de gênero enfrentados e o lado pouco conhecido da guerra.

Dentre as narrações da autora, algumas mulheres sofreram interrupções em seus ciclos menstruais, conforme relato da tenente guarda, Aleksandra Semiionovna Popova “O organismo se reorganiza a tal ponto que, por toda a guerra, não éramos mulheres. Não tínhamos coisas de mulher... Menstruação. Bem, você entende... E depois da guerra nem

todas conseguiram ter filhos” (ALEKSIEVITCH, 2016, p. 185). Além disso, outros relatos como combatentes com cabelos brancos precocemente e mulheres soldados sendo obrigadas a se comportarem e se vestirem como de forma masculina.

Apesar disso, a participação da mulher na guerra não foi bem aceita, principalmente diante da cultura masculinista do exército, como é destacado na seguinte passagem:

“‘Mocinha, como vou transformar vocês em soldados, e não em alvo para os fritz?’. Mocinhas, mocinhas... Todos nos amavam e o tempo todo tinham pena de nós. E nós ficávamos ofendidas que tivessem pena. Por acaso não éramos soldados como todos os outros? ALEKSIEVITCH (2016, p. 36).

Diante disso, nota-se que as mulheres tinham que provar a todo o momento o seu valor e a sua utilidade como participantes do exército, já que não eram vistas como soldados, mas sim como ‘mocinhas’ por soldados homens, além de serem diminuídas e ridicularizadas pela sua feminilidade, como observado no relato de Stanislava Pietróvna Vólkova, segundo-subtenente, “Os soldados me olhavam: uns com zombaria, outros até com raiva, e alguns se denunciavam pelo movimento dos ombros [...] todos começaram a vaiar na hora ‘Uuuuuu’. Teve um que até cuspiu” (ALEKSIEVITCH, 2016, p. 200).

Ademais, outro ponto que a autora destaca é que, na época da segunda guerra, grande parte da população, principalmente europeia, fazia parte do exército, portanto era natural todos seguirem as regras desumanas e masculinizantes do exército (ALEKSIEVITCH, 2016), assim como ocorre em Israel, por exemplo, onde o exército tem uma participação significativa para a garantia da segurança nacional, diante dos conflitos da região.

A estrutura da força militar israelense é baseada na divisão de gênero, tanto na prática do trabalho, como no poder propriamente dito, e que ocorre desde a seleção para o recrutamento, com base em critérios diferentes conforme o gênero, até a atribuição de cargos mais graduados destinados exclusivamente aos homens, de modo que as mulheres raramente participam do processo de decisão, afetando suas vidas em meio marcial com a inexistência de uma perspectiva feminina (SASSON-LEVY, 2003).

As mulheres israelenses, consideradas por direito como cidadãs iguais, estariam incluídas como essenciais para a segurança nacional, a partir do treinamento militar. Apesar disso, as mulheres são dispensadas após se casarem ou se tornarem mães, de modo que o serviço militar feminino não deve interferir na maternidade, contribuição exclusiva

da mulher para a sobrevivência do povo judeu e da segurança nacional (IZRAELI, 2009). Nesse sentido, nota-se uma imposição social do papel da mulher como exclusivamente uma figura materna.

Assim, “nenhuma mulher é sênior o suficiente para participar do Supremo Estado-Maior - o fórum militar mais importante, que toma decisões que afetam a vida de todos os israelenses” (IZRAELI, 2009), sendo determinante nas relações de poder de gênero na sociedade israelense e, conseqüentemente, na desigualdade de gênero. Segundo Izraeli (2009), “os empregos militares são geralmente atribuídos primeiro por gênero e depois dentro do gênero por aptidões, competências e outras considerações”.

Além disso, as diferenças entre homens e mulheres inseridos no sistema militar incluem o tempo de serviço obrigatório, sendo 36 meses para os homens e 24 meses para as mulheres, e a isenção do serviço de reserva feminino. O nítido tratamento diferenciado às mulheres militares deixa evidente uma redução da utilidade e da eficiência do treinamento feminino (IZRAELI, 2009), sendo alvo de críticas pelas observadoras feministas, e que divide opiniões.

Figura 1 – Soldadas israelenses em fila armadas com a bandeira de Israel



Fonte: Quero ser um militar

Apesar de tudo, como mostra a imagem ilustrativa (Figura 1), percebe-se na propaganda oficial uma tentativa de demonstrar a “integração da tropa”, com o treinamento conjunto de soldados homens e mulheres, o que foge da realidade, como analisado até o momento.

2.3.1. As relações de poder conforme o gênero

Anteriormente à contextualização da figura feminina como componente do povo judeu e israelense e à análise do posicionamento da mulher na política israelense, é necessário compreender o poder a partir do contexto social, como pontua Ezquível (2014).

O conceito de poder descrito por Leite e Silvano (2022) pode trazer um significado negativo, relativo ao autoritarismo, às formas de opressão e à violência, ou mesmo um sentido mais atrelado à força democrática, à transformação e à união. Logo, diante de Sousa (2005, p. 143), “O poder pode definir-se, então, como uma relação desigual que permite a um actor obrigar outro a praticar uma acção que este não realizaria sem a intervenção do primeiro”.

Conforme o conteúdo descrito referente ao ‘poder’, é possível observar que a mulher, no decorrer da história, comumente foi afastada dessa particularidade. Tanto nas questões de superioridade e controle, as quais foram colocadas como objeto de domínio durante grande parte da cronologia, e até mesmo na visão de capacidade e força, a mulher foi inserida em uma posição de fragilidade e marginalidade, sendo alvo da manipulação e da autoridade dos detentores de poder.

O poder da mulher, durante muito tempo, ficou restrito ao âmbito privado, com limite ao próprio lar, enquanto no âmbito público tiveram que lutar pela igualdade de direitos, tais como o direito ao voto, à candidatura, ao estudo e à autonomia perante à figura masculina. Tais avanços na busca pela igualdade de gênero garantiram maior participação das mulheres no ambiente político, apesar de ainda manterem os preconceitos pela visão de incapacidade feminina (BERGESCH, 2002/1).

Visto isso, as relações de poder entre homens e mulheres são assimétricas, diante de uma cultura androcêntrica que inferioriza o feminino e o estabelecimento de funções

e níveis de poder diferentes conforme o gênero, resultando na dificuldade para as mulheres alcançarem posições relevantes (RAMOS; BARBERÁ; SARRIÓ, 2003).

Ainda na discussão a respeito do poder, Bergesch (2002/1) destaca a visão da polaridade do ‘poder’ e do ‘não-poder’. Tal pensamento entende o poder como o privilégio de um grupo minoritário, enquanto os que não se enquadram nesse mesmo grupo se tornam alvo de abuso. Embora a mulher não tenha seu poder totalmente destituído, ele é limitado diante da relação de dominação que se estabelece, não sendo livre para atuar. Tendo em vista a questão do poder relativa ao gênero, a mulher fica sujeita ao poder do sistema patriarcal nos níveis psicológico, econômico, físico e sexual, reforçando o modelo tradicional de violência e a manutenção do poder masculinista (BERGESCH, 2002/1).

Leite e Silvano (2022) pontuam o poder como aspecto inerente às relações humanas e missão enviada por Deus, porém, tal instrumento pode ser deturpado e se tornar uma forma de dominação e violência com a finalidade de satisfazer vontades individuais. Nas Escrituras do judaísmo, é possível identificar que o conceito de poder traz consigo um caráter divino (LEITE e SILVANO, 2022), que reforça o papel da religião na divisão social israelense e, portanto, na posição da mulher, afastando do poder e da religião. Em contrapartida, as mesmas destacam também uma nova noção do conceito transformada pela visão feminina, a qual é orientada pela solidariedade, por transformações sociais e pela resistência.

A partir do livro de Samuel, o profeta que deu início à monarquia israelense, “Na atuação do poder das mulheres na monarquia de Israel percebemos esse aspecto do cuidado de uns para com os outros, da comunhão, da cooperação, tendo como único objetivo o bem comunitário. Isso é sublinhado na atuação das mulheres sábias (2Sm 14,1-24 e 20,1-20)” (LEITE e SILVANO, 2022, p. 60).

Essa abordagem é interessante para compreender de que forma o “poder” da mulher foi historicamente associado, com um intuito mais altruísta e maior sensibilidade, em contraposição ao poder tradicional masculino, atrelado à coerção, violência e interesse individual.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por fim, a seguir serão apresentados os apontamentos a partir de uma visão teórica resultante das análises feitas até o momento, abordando como foco a posição da mulher no exército israelense, fruto de um ambiente masculinizado e de uma divisão hierárquica de gênero.

3.1. O DEBATE FEMINISTA À RESPEITO DO SERVIÇO MILITAR FEMININO

Diante da participação da mulher no exército, existem controvérsias dentro do movimento feminista no que se diz respeito ao apoio à obrigatoriedade do serviço militar feminino. Enquanto as feministas liberais acreditam que a prática obrigatória do serviço militar para homens e mulheres garante uma maior igualdade de cidadania, as feministas radicais defendem que a participação da mulher na cultura militar contribui para a manutenção de uma estrutura hierárquica e sexista (SASSON-LEVY, 2003).

Nesse cenário, frente à participação da mulher no ambiente mais masculinizado já criado, é possível observar que:

[...] as mulheres soldados israelenses em papéis ‘masculinos’ moldam as suas identidades de gênero conforme a masculinidade hegemônica do soldado combatente por meio de três práticas inter-relacionadas: (1) mimetismo das práticas corporais e discursivas dos soldados combatentes; (2) distanciamento da feminilidade tradicional; e (3) banalização do assédio. (SASSON-LEVY, 2003, p. 440, tradução nossa)

Visto isso, nota-se que a mulher dentro do ambiente militar acaba reafirmando uma cultura masculinista e misógina, já que afasta a sua feminilidade, que está atrelada estereotipicamente ao emocional e à fragilidade, características vistas de forma negativa dentro do exército, absorvendo comportamentos masculinos no cotidiano militar. Assim, ao as mulheres soldadas aderirem essas práticas masculinas, elas colaboram para a manutenção e reafirmação de normas militares androcêntricas, que as colocam consequentemente como inferiores.

Frente ao monopólio legítimo do uso da força que se assume o Estado soberano, a prática do serviço militar é vista como essencial para a garantia da cidadania. A crítica feminista assume essa definição como fortalecedora de uma cidadania hierárquica entre homens e mulheres, já que as mulheres não teriam as mesmas responsabilidades e o mesmo compromisso com o Estado e, portanto, não devem ter os mesmos direitos e privilégios (SASSON-LEVY, 2003).

Ademais, apesar das feministas liberais defenderem que a participação feminina no exército garante maior igualdade de gênero, já que visa uma participação mais plena da mulher na esfera pública, as feministas radicais destacam as diferenças de gênero, que opõe a masculinidade, baseada na racionalidade, na autonomia e nos direitos, da feminilidade, marcada pela emoção, pela paz e pela ética do cuidado. As feministas radicais interpretam o ambiente militar como essencialmente masculinista, violento e imoral, que busca a manutenção das estruturas hierárquicas de poder (SASSON-LEVY, 2003).

Dessa forma, a ética do cuidado como abordagem feminista é extremamente relevante para aprofundar essa questão. Segundo Gilligan (1997 apud KUHNEN, 2014), existe a perspectiva masculina, baseada em questões de justiça, pela racionalidade, enquanto a perspectiva feminina promove a manutenção de relacionamentos pela emoção e pelo cuidado.

Essa dualidade traz uma visão hierárquica que coloca o homem, geralmente associado à masculinidade, como superior pela sua racionalidade e sempre no topo das relações de poder, enquanto a mulher assume uma posição inferior e subordinada pela sua emoção (KUHNEN, 2014).

As teorias, historicamente, sempre priorizaram a visão masculina racional, como por exemplo na Teoria Realista das Relações Internacionais, que elucida de forma escancarada uma noção extremamente masculina do comportamento dos Estados.

A busca pela simetria e complementariedade se afastam do ambiente militar, que contempla essencialmente a perspectiva masculina, garantindo uma assimetria de poder entre homens e mulheres. Assim, a interdependência entre a reciprocidade das relações e a responsabilidade do cuidado com o outro, juntamente com noções de justiça e igualdade deve ser priorizada (KUHNEN, 2014).

Dessa forma. Gilligan (2011 apud KUHNEN, 2014, p. 6) “defende que indivíduos são seres relacionais, nascidos dentro de um sistema de relações e, talvez, a tendência para a empatia, a cooperação e a capacidade para o entendimento seja a chave para a sobrevivência humana enquanto espécie”. É notório, portanto, que o ambiente militar, essencialmente masculino, necessita de uma perspectiva mais feminina para garantir maior cooperação e diálogo nas relações inter-estatais.

Em nível global, isso é mostrado desde os anos 1980 através da participação das mulheres em movimentos de promoção à paz e resolução de conflitos, contradizendo o

estereótipo de indivíduos vulneráveis frente à guerra, tanto com a maior participação nas forças armadas, como em movimentos ativistas de segurança.

Como destaque, Santana e Andrade (2016) pontuam o uso estratégico da participação feminina como instrumento de *peacebuilding*, reforçado pela Resolução 1325 (2000). Essa resolução foi a primeira elaborada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito das mulheres em situações de conflito, abordando a importância da participação igualitária das mulheres na resolução de conflitos e as responsabilidades relacionadas ao gênero nas áreas políticas.

Nesse contexto, nota-se uma ligação do feminino com o pacifismo, importante para o contexto da região israelense, mas que é pouco explorado. O incentivo ao diálogo e à diplomacia garantiriam um ambiente de maior inclusão e solidariedade na zona de conflito, principalmente entre mulheres. Porém, o estereótipo pacífico das mulheres também ressalta como são apagadas no combate e ligadas ao diálogo, anulando a possibilidade das mulheres serem agentes capazes de violência. Assim, nota-se que para a construção de um contexto de paz, é preciso abolir esse estereótipo que consolida as assimetrias de poder conforme o gênero, diante de uma instituição falida para as desigualdades de gênero, como o exército.

Dessa forma, enquanto o ambiente militar for pautado essencialmente pela perspectiva masculina, movida pela violência, pela força e pela razão, a participação feminina no exército não garantirá uma igualdade para as mulheres como cidadãs, já que serão moldadas a contrair os mesmos comportamentos que os homens, reforçando a cultura patriarcal.

3.2.A MULHER ISRAELENSE COMO MEMBRO DO EXÉRCITO

Por ser um campo estritamente masculino e com um pensamento dominante de gênero, o próprio entendimento do comportamento militar e do poder são utilizados como instrumentos de dominação masculina, levando à submissão e exclusão das mulheres nesse meio regido pela “força” e pelo “comportamento racional”, que partem exclusivamente da ótica masculina construída.

O estereótipo do que é ser homem e a colocação dessa construção em posição de hegemonia, numa visão de poder, guerra e aparato militar, essências da teoria realista nas Relações Internacionais, conseqüentemente dispõem as características femininas como

inferiores. Além disso, as mulheres acabam contraindo comportamentos masculinos para conseguir legitimidade nesse ambiente com aversão à feminilidade, e são colocadas em uma posição apenas de apoiadoras da guerra diante de estereótipos de gênero em relação aos papéis “femininos” (GITTLEMAN, 2021).

As mulheres soldadas israelenses, através da contração de práticas masculinas e da banalização do assédio sexual no ambiente militar, se afastam da feminilidade tradicional, se colocando em papéis construídos socialmente para serem designados aos homens (SASSON-LEVY, 2003).

Inconscientemente, as soldadas absorvem tais comportamentos que, diante da visão de Sasson-Levy (2003), apesar de ultrapassarem as fronteiras de gênero impostas culturalmente, reforçam a ideologia masculinizante dos militares e passam a se identificar com a estrutura patriarcal do exército e do Estado através de papéis masculinizados.

Visto isso, o debate contemporâneo das mulheres nas forças armadas existente dentro dessa perspectiva se baseia essencialmente na divisão: o serviço militar é um local de igualdade de cidadania para as mulheres ou um reforço dos conceitos marciais masculinizados (SASSON-LEVY, 2003) que intensificam as distinções de gênero.

Diante de uma percepção de gênero nas relações internacionais, Tickner (1993) aponta a mulher numa posição de periferia em relação ao poder, já que o mesmo tende a se concentrar nas mãos dos homens que tendem a tomar as decisões importantes na sociedade, através de um discurso de guerra e armamento.

No Exército Israelense isso é observado na impossibilidade de a mulher servir em postos de unidade de combate, sendo um pré-requisito necessário para alcançar cargos de mais alto escalão, negando o acesso das mulheres a essa experiência que as garantem qualificação para atingir altos cargos e as bloqueando de subir na hierarquia marcial (IZRAELI, 2009).

Assim, mesmo que o serviço militar seja obrigatório para homens e mulheres, as mulheres oficiais são vetadas de postos de linha de frente de conflitos, de modo que a exclusão das mulheres israelenses nas Forças Armadas está diretamente associada ao gênero. A mulher, nesse contexto, se encontra em uma contradição: elas têm a obrigação de serem treinadas a usar a força, mas não se espera e não são incentivadas a usá-la.

Como as forças armadas são essenciais nas relações de poder na sociedade israelense, nota-se que é determinante para excluir as mulheres da participação no processo de decisão, afetando suas vidas em meio marcial, com a inexistência de uma

perspectiva feminina, e também social, agravando a desigualdade de gênero. Essa diferenciação conforme o gênero coloca as mulheres oficiais altamente qualificadas como incapazes de se defenderem.

De acordo com Gettleman (2021), após o caso específico de Alice Miller, a qual foi rejeitada como candidata ao curso de piloto do exército por ser mulher, o Supremo Tribunal de Justiça de Israel determinou o direito à igualdade no serviço militar, sendo em 1º de janeiro de 2000 declarado que a mulher teria o direito igual ao homem a qualquer posição do exército.

Porém, tal decisão e avanço da integração da mulher nas forças israelenses nos últimos anos, pela busca da unidade do ambiente militar, vem incomodando alguns soldados mais conservadores do sexo masculino, que alegam, juntamente com autoridades religiosas, que tal posicionamento do governo prejudica o desempenho do exército e, conseqüentemente, a segurança nacional (GITTLEMAN, 2021).

Sendo assim, tal decisão e expansão da presença feminina nas FDI destaca o exército popular e democrático, mas que ainda se baseia em critérios de gênero no processo de designação das funções militares. A falta de voz das mulheres no meio marcial em Israel, o qual há um considerável aumento de mulheres em unidades de combate, registrando número recorde em 2017 com um total de 2,7 mil mulheres (ZIETLOW, 2018), demonstra uma negligência da atuação feminina e de suas necessidades.

O discurso em relação às mulheres na guerra ainda premeia o estereótipo da vulnerabilidade, colocando a mulher num papel secundário e desconsiderando as especificidades femininas, num ambiente extremamente masculinizado, o qual a mulher está sujeita ao abuso sexual, higiene precária e, muitas vezes, menstruação interrompida. Nesse sentido, mesmo com o aumento da presença da mulher nas forças armadas e com o alcance de posições militares que antes lhes eram restritas, nota-se que as mesmas continuam não sendo consideradas agentes de violência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente, portanto, o entendimento da posição feminina no exército israelense, frente à divisão de gênero que impera no ambiente militar. O contexto

israelense ressalta como as mulheres foram introduzidas no ambiente militar, ao mesmo tempo que não foram totalmente aceitas como agentes de violência.

Visto que Israel é essencialmente um país o qual a cultura militar é extremamente enraizada e absorvida nas instituições, diante de uma situação delicada de conflito na região desde a sua formação, nota-se que a militarização do Estado prejudica a participação da mulher não só no exército, como também como um elemento social. A militarização é um fenômeno fundamentalmente masculino que inferioriza e exclui aquilo que é considerado estereotipicamente feminino.

Nesse cenário, apesar da obrigatoriedade do alistamento militar tanto para homens quanto para mulheres aparentar ser um avanço para os direitos e deveres femininos em relação à maior equidade, nota-se um retrocesso, visto que as mulheres continuam propagando valores e ideais masculinos e, conseqüentemente, abandonando sua feminilidade.

A partir desse contexto, também foi possível destacar a diferenciação de gênero dentro do exército, desde o recrutamento até a participação dos cargos militares (SASSON-LEVY, 2003), diante da hierarquia e das relações de poder existentes. Dessa forma, os cargos são atribuídos considerando primeiramente o gênero, e só depois são consideradas as qualificações do soldado (IZRAELI, 2009), impossibilitando a mulher de ascender em posições mais relevantes de tomada de decisão e, conseqüentemente, excluindo uma perspectiva feminina nesse ambiente.

A autora Svetlana Aleksievitch, do livro “A guerra não tem rosto de mulher” (2016), foi essencial para elucidar relatos de mulheres que participaram da guerra, e, portanto, mostra que a presença da mulher no exército contamina a mulher pela masculinidade e pela misoginia

Por fim, para aprofundar a fundamentação, foi necessário apresentar como instrumento de análise a Teoria Feminista, que explica a subordinação feminina através de uma construção social de gênero, que garante assimetria nas posições sociais entre homens e mulheres, e destaca como a diferenciação gerada entre os gêneros cria uma hierarquia social em detrimento da mulher, buscando às mulheres dignidade humana e direitos iguais aos homens (TICKNER, 2001). Para esse estudo, foi utilizado textos da autora Judith Ann Tickner, figura essencial do feminismo nas Relações Internacionais, e que enfatiza como a mulher foi colocada na periferia do poder através de estereótipos socialmente construídos.

Por fim, através das pesquisas e das análises feitas no decorrer do presente trabalho, nota-se como resultado que a presença da mulher no exército fortalece uma cultura machista e misógina que impera no ambiente militar, intensificando uma ideologia masculinizante e as distinções de gênero, apesar da falsa noção de igualdade. Dessa forma, a mulher, colocada numa posição de inferioridade, tem a sua feminilidade afastada nesse meio, a fazendo contrair comportamentos masculinos que prejudicam elas mesmas.

Assim, foi possível observar que houveram inúmeros avanços para que as mulheres expandissem a sua presença no meio marcial, principalmente através de lutas feministas liberais pela inserção feminina no exército, que acreditam que as mulheres são iguais aos homens e, portanto, devem participar das forças armadas. Em 2017 o Jornal G1 anunciou que o exército israelense bateu recorde de participação feminina em unidades de combate, aumentando de 15% para 35% entre os guardas fronteiros (PRESSE, 2017). Apesar disso, nota-se que ainda há muitas dificuldades em relação à posição feminina no exército, de modo que afastam as mulheres da própria feminilidade e impedem as mesmas de alcançarem posições de relevância na hierarquia marcial.

Dessa forma, foi construída nessa pesquisa uma narrativa que elucida a precária posição da mulher no exército de Israel, diante de relações de poder assimétricas entre homens e mulheres, tal como as relações de gênero que partem desse ambiente construído pela masculinidade e que inferioriza e exclui a feminilidade.

REFERÊNCIAS

ALEXIEVICH, S. **A Guerra não tem rosto de mulher**. Prêmio. Tradução do russo Cecília Rosas. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, 390p.

AMADO CASTRO, Víctor Manuel. **Israel: una sociedad en tensión constante**. Norba. Revista de Historia, ISSN 0213-375X, Vol. 21, 2008, 139-156.

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007. 21 p. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

BERGESCH, Karen. **Poder y violencia a partir de la óptica de la mujer**. Revista de Interpretación Bíblica Latino-Americana (RIBLA), Quito, Equador. Petrópolis: Vozes, n. 41, p. 117-125, 2002/1.

BONIS, Gabriel. **Mulheres na guerra: ainda reina o estereótipo da vulnerabilidade**. Politike, 18 mar. 2015. Política. Disponível em: <https://politike.cartacapital.com.br/mulheres-na-guerra-ainda-reina-o-estereotipo-da-vulnerabilidade/> Acesso em: 28 mar. 2021.

FRANCE PRESSE. **Exército de Israel registra número recorde de mulheres em unidades de combate**. Reportagem apud G1, 03 dez. 2017. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/exercito-de-israel-registra-numero-recorde-de-mulheres-em-unidades-de-combate.ghtml> Acesso em: 28 mar. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

GITTLEMAN, Idit Shafran. **Serviço Feminino nas Forças de Defesa de Israel**. Jewish Women's Archive, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://jwa.org/encyclopedia/article/israel-defense-forces#pid-18530>. Acesso em: 18 fev. 2022.

IDADES para o Exército e Legislação – Março 2016. **Jewish Agency**, 2016. Disponível em: <http://archive.jewishagency.org/pt/aliyah/making-aliyah/first-steps/idades-para-o-ex%C3%A9rcitoelegisla%C3%A7%C3%A3o%E2%80%93atualizado-em-mar%C3%A7o-de-2016-0> Acesso em: 14 mar. 2021.

ISRAEL, um país dominado por seu exército. **Diplomatique**, 04 jul. 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/israel-um-pais-dominado-por-seu-exercito/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

IZRAELI, Dafna N. "Forças de Defesa de Israel." **Mulheres judias: uma enciclopédia histórica abrangente**. 27 de fevereiro de 2009. Arquivo de Mulheres Judaicas. Disponível

em: <<https://jwa.org/encyclopedia/article/israel-defense-forces>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

KUHNEN, Tânia Aparecida. **A ética do cuidado como teoria feminista**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014. GT10 - Teorias Feministas – Coord. Márcio Ferreira de Souza e Silvana Mariano.

LEITE, L. M. M.; SILVANO, Z. A. **O poder das mulheres na monarquia em Israel**. Estudos Bíblicos, São Paulo, v. 21, n. 78, p. 56–63, 2022. Disponível em: <<https://revista.abib.org.br/EB/article/view/779>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais: Uma crítica ao discurso tradicional de segurança**. Orientador: Antonio Jorge Ramalho da Rocha. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado, Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7726/1/2010_IzadoraXavierMonte.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MONTE, Izadora Xavier do. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. Revista Estudos Feministas [online]. 2013, v. 21, n. 1, p. 59-80. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/r3pc8yVXBf6FqHPBBcH9Xxy/?lang=pt#>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

PRESSE, France. Exército de Israel registra número recorde de mulheres em unidades de combate. G1, 03 dez. 2017. Mundo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/exercito-de-israel-registra-numero-recorde-de-mulheres-em-unidades-de-combate.ghtml>>. Acesso em: 05 out. 2022.

RAMOS, Amparo; BARBERÁ, Ester; SARRIÓ, Maite. **Mujeres directivas, espacio de poder y relaciones de género**. Anuário de Psicologia, vol. 34, n° 2, jun 2003, p. 267-278, 2003, Universidade de Barcelona, Faculdade de Psicologia. Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/Anuario-psicologia/article/view/8751>>. Acesso em: 02 maio 2022.

SANTANA, Jéssica Rodrigues de; ANDRADE, Maria Clara Pinheiro de. **A construção do papel da mulher nas relações internacionais: um olhar feminista sobre a resolução (2000) 1325 do CNSU para mulheres, paz e segurança**. Artigo Ascens Unita – Centro Universitário Tabosa de Almeida, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ascens.edu.br/handle/123456789/201>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

SASSON-LEVY, Orna. **Feminismo e práticas militares de gênero: mulheres israelenses soldados em papéis "masculinos"**. Research Gate, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/31737856_Gender_in_International_Relations_Feminist_Perspectives_on_Achieving_Global_Security_JA_Tickner>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SILVA, Roberto Ferreira da. **Uma Constituição para Israel**. Revista de informação legislativa, Brasília, v. 47, n. 185, p. 211-234, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/198668>>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SZUSTER, Amir. **Tudo sobre o alistamento militar em Israel**. Conexão Israel, 2016. Disponível em: <<http://www.conexaoisrael.org/tudo-sobre-o-alistamento-militar-em-israel/2016-12-07/amir>> Acesso em: 14 mar. 2021.

TICKNER, J. Ann. **Gênero nas Relações Internacionais: Perspectivas Feministas em Alcançar a Segurança Global**. Nova York: Columbia University Press, 1992. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31737856_Gender_in_International_Relations_Feminist_Perspectives_on_Achieving_Global_Security_JA_Tickner. Acesso em: 09 nov. 2021.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: issues and approaches in the post-Cold War era**. New York, Chichester, West Sussex, Columbia University Press, 2001.

ZIETLOW, BARBARA JARDIM. **Mulheres nas Forças Armadas de Israel**. Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS, Campus do Vale - UFRGS, 2018. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/192067/Resumo_60237.pdf?sequence=1. Acesso em: 18 fev. 2022.